

27

MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE - MEB -  
Relatório Síntese do Período 1961/1966  
(para reunião do CDN - junho/1966)

## RELATÓRIO SÍNTESE DO PERÍODO 1961/1966

### 1 - Pensamento que inspirou a criação do MEB

O pensamento que inspirou a criação do MEB encontra-se no documento encaminhado ao Presidente Jânio Quadros, em janeiro de 1961. Eis aqui alguns trechos deste documento, publicado no Comunicado Mensal da CNBB, n<sup>os</sup> 100 e 101, de fevereiro de 1961:

" 70% dos adultos e adolescentes que vivem em nossas áreas subdesenvolvidas desconhecem os caminhos de melhoria para sua existência, porque vivem na escuridão da ignorância que é uma forma terrível de escravidão humana. Fazem parte daqueles 2/3 da população do mundo que todas as noites vão dormir com fome e, na sua grande maioria, todos os dias pisam a terra, doentes, vítimas das endemias".

" Nenhum progresso humano se pode fazer, antes que o homem comece a promover o esclarecimento de seu próprio espírito ".

" O nosso drama... não é só alfabetizar. Junto a isto há urgência de muito mais. Há urgências gritantes de se abrirem aos nossos camponeses, operários e suas famílias, as riquezas da educação de base, fundamental, educação que chamaríamos de cultura popular, a qual tem a força de fazer o homem despertar para seus próprios problemas, encontrar suas soluções, aprender a comer bem, a defender sua saúde, a manter boas relações com seus semelhantes, a andar com seus próprios pés, a decidir dos seus destinos, buscar sua elevação cívica, moral, econômica, social e espiritual. É esta a escola que temos de jogar no seio das populações camponesas e operárias, através de seus métodos próprios já experimentados e vitoriosos".

" Vamos apelar para o rádio, para as escolas radiofônicas. "

" Síntese do Sistema das Escolas Radiofônicas

- I - O Programa de Educação de Base é uma solução concreta para situações bem definidas de zonas subdesenvolvidas, onde está sendo impossível chegar a escola tradicional. O processo educacional é, por consequência, condicionado à situação do povo, tanto o camponês como o trabalhador urbano das zonas extremamente necessitadas.
- II - O Programa se baseia todo êle nos processos de Educação de Base. Método audiovisual. E não se trata apenas de alfabetizar. Trata-se, além disso, de proporcionar ao homem conhecimentos e práticas capazes de integrá-lo no quadro geral de uma sociedade justa e socialmente desenvolvida. Neste processo de culturação popular exige-se a participação ativa do homem, para que o esforço pedagógico e social do movimento em que êle se integra lhe seja uma real promoção individual e coletiva.
- III - O rádio para a família rural, para o camponês e para o proletário, nesse processo de elevação do povo, se torna o principal instrumento do sistema educacional que se denomina "Escolas-Radiofônicas". Método novo, com rapidez de ação, destinado a massas populares, êle deve funcionar em horários inteiramente adequados às possibilidades dos meios das zonas demográficas e das regiões em que está implantado. Escolas que se situam nas vilas, nos povoados,

nas pequenas cidades, nos subúrbios das cidades maiores, nas fazendas, nos sítios, podendo ser atingidas pelas pessoas, com roupas caseiras, de trabalho, sem problema de transporte (extremamente democrática e funcional), apamando o homem como ele é, para ajudá-lo a tornar-se como deve ser".

Quanto ao conteúdo das aulas, falava-se em:

" Ler, escrever, contar.

Noticiário: internacional, nacional, estadual, local, Palestras de Cultura Popular ".

Foi este o arrazoado aceito pelo então Presidente da República, Jânio Quadros e, no dia 21 de março de 1961, com grande solenidade, em Brasília, com a presença de 28 Srs. (Arce) Bispos, D. Armando Lombardi e o Sr. Cardeal D. Jaime de Barros Câmara, foram assinados o Decreto que reconhece o MEB e o Convênio com o Ministério da Educação.

\*\*\*

## 2 - Características Estruturais

O Decreto, assinado em 1961, "dispõe sobre um programa de educação de base e adota medidas necessárias a sua execução, através de escolas radiofônicas, nas áreas subdesenvolvidas do norte, nordeste e centro-oeste do país, a ser empreendido pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil." É preciso notar que a delimitação da área de atuação do MEB fôra determinada pelo então Presidente da República. Com êste Decreto, fica estabelecido que o Governo Federal prestigiará o Movimento de Educação de Base, que, através de Escolas Radiofônicas, executará um plano quinquenal 1961/1965, durante o qual instalará 15.000 Escolas Radiofônicas em 1961, e, nos anos subsequentes, tomará providências necessárias para que a expansão da rede escolar seja sempre maior do que a do ano anterior.

Para concorrer às despesas, o Governo determinará aos órgãos que participam dêste programa que destaquem, de seus orçamentos, verbas que serão postas à disposição do MEB.

Em julho de 1963, êste primeiro Decreto foi modificado pelo então Presidente João Goulart, atendendo aos seguintes aspectos:

1. Insatisfação do episcopado de dioceses de áreas não incluídas no primeiro Decreto.
2. Impossibilidade total de cumprir a determinação do 1º Decreto quanto ao número de escolas radiofônicas, em virtude principalmente, da irregularidade e insuficiência de verbas para expansão constante.
3. Necessidade de deixar bem claro que o MEB tinha o direito de constituir sua própria personalidade jurídica.

Êste segundo Decreto não se refere a prazo de vigência e revoga o Decreto anterior.

\*\*\*

Os documentos internos, orientadores do MEB, foram, inicialmente, o REGULAMENTO E AS INSTRUÇÕES GERAIS.

As INSTRUÇÕES GERAIS, quanto aos Objetivos, diziam:

" O Movimento de Educação de Base, a ser executado no quinquênio 1961/1965, tem por objetivos: ministrar educação de base às populações das áreas mencionadas no Decreto; suscitar a organização das comunidades em torno das escolas radiofônicas, despertando-lhes o espírito de iniciativa e preparando-as para as indispensáveis reformas de base, como a da estrutura agrária do País; velar pelo desenvolvimento espiritual do povo, preparando-o para o indispensável soerguimento econômico das regiões subdesenvolvidas e ajudando-o a defender-se de ideologias incompatíveis com o espírito cristão da nacionalidade".

Baseando-se nos princípios e métodos das experiências realizadas no Norte e Nordeste, sob a responsabilidade do Episcopado Brasileiro, promover:

- a) integração, no MEB, das emissoras que atualmente fazem educação de base nas áreas acima referidas;
- b) ampliação da atual rede de escolas radiofônicas;
- c) treinamentos de pessoal indispensáveis a essa expansão (supervisores e monitores);

d) equipamento adequado das emissoras locais integradas no MEB;

e) obtenção de canais disponíveis e necessários ao MEB..."  
Elaborar:

"Planos progressivos, organizados anualmente, tendo por base a avaliação dos resultados obtidos no ano anterior e as necessidades dos anos subseqüentes, determinadas por planejamento anual:"

- "...a) aumento, em número, das escolas radiofônicas;
- b) aperfeiçoamento de pessoal;
- c) atualização de equipamento e de material didático;
- d) fidelidade crescente aos objetivos do MEB..."

Quanto à Organização Administrativa, ficava entendido que a administração seria exercida pela Diretoria Executiva, através do Secretariado Central.

Que, " no local onde residir o Presidente do MEB funcionará um escritório, devidamente aparelhado, para atender às atribuições inerentes ao seu cargo..."

Que a Diretoria Executiva seria assessorada por:

- "... 1. Setor de Administração
- 2. Equipe Técnica Nacional..."

Após detalhar as funções da equipe Técnica e das Equipes Estaduais e definir o que era um "Sistema de Escolas Radiofônicas" definia as condições para a concessão de recursos para a instalação, o reequipamento e a ampliação de emissoras.

O REGULAMENTO dizia:

" Entende-se como educação de base o conjunto de ensinamentos destinados a promover a valorização do homem e o soerguimento das comunidades".

" O MEB providenciará, junto a cada escola radiofônica, a organização de grupos, de acordo com os critérios pedagógicos que foram recomendados, tendo em conta os dados fornecidos pela experiência. "

" O Movimento de Educação de Base, para a consecução dos seus objetivos, contará com os recursos que lhe forem proporcionados pela CNBB e com os recursos governamentais previstos no Decreto nº 50.370. "

" A direção do MEB será exercida pelos seguintes órgãos: Conselho Diretor Nacional, Diretoria Executiva, Conselho Nacional de Representação e Consulta, Conselho Fiscal de Finanças" .

" O Conselho Diretor Nacional será integrado por 9 membros, dos quais oito designados livremente pelo Presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e um indicado por ato do Presidente da República."

Quanto à competência do CDN, além das atribuições referentes à eleição da Diretoria, constava:

" conferir, mediante proposta da Diretoria Executiva ou de 2/3 dos seus membros, o título de Membro Honorário às pessoas físicas e jurídicas que, por serviços relevantes prestados ao MEB, se hajam recomendado ao seu reconhecimento".

Quanto ao Conselho de Representação e Consulta, o Regulamento indicava a maneira de nomear os membros, mas não esclarecia quanto à função dos mesmos ou à forma de sua substituição.

Para os estados, o Regulamento previa o mesmo mecanismo, inclusive um Conselho Estadual de Representação e Consulta.

Quanto às Equipes Estaduais dizia:

" As Equipes Estaduais de Execução, sempre que possível, serão compostas de educadores, assistentes sociais e administradores, escolhidos pela Hierarquia. às Equipes Estaduais caberá desenvolver, nas respectivas áreas, os planos e os programas que o MEB tiver estabelecido para as mesmas."

Sobre contabilidade:

" O MEB organizará a sua contabilidade com rigor técnico, adotando os padrões da contabilidade mercantil ".

Ao serem aplicados o REGULAMENTO e as INSTRUÇÕES GERAIS, verificou-se que continham indefinições e ambigüidades que prejudicavam o bom andamento das atividades do MEB:

- A ambigüidade quanto à vigência do MEB era um aspecto. O espírito que levara à criação do MEB e toda a sua organização davam-lhe características de permanência, mas, nas Instruções Gerais, lia-se: "A ser executado no quinquênio 1961/1965", ligando, assim, os destinos do MEB à vigência do Decreto do Governo.
- A indefinição quanto às responsabilidades relacionadas com a Legislação Trabalhista. Cabiam à CNBB? Às Dioceses? Às emissoras?
- Imprecisão quanto à responsabilidade sobre os bens patrimoniais. Sua guarda cabia à CNBB, às Dioceses?
- Era de notar a falta de funcionalidade da caracterização das funções da Secretária, da Equipe Técnica e do Setor de Administração do MEB.
- Havia um apêndice desnecessário na prática, a figura do "membro honorário" do MEB.
- Grave era a contradição no que se referia à responsabilidade pela escolha de pessoal nos Estados. Havia referência a indicações a serem feitas pelos bispos diocesanos, bem como a treinamentos seletivos a serem feitos pela Equipe Nacional. Afirmações que necessitavam de esclarecimentos.
- Impossibilidade prática de funcionamento de um escritório para o Presidente e de outro no Rio para a Administração e Setor de Execução em Nível Técnico.
- Um dos problemas de maior repercussão surgiu no que dizia respeito à concessão de recursos para as emissoras, motivo de dificuldades constantes, uma vez que os recursos disponíveis jamais dariam para atender a todas as solicitações. Além disso, as solicitações eram normalmente apresentadas com

características de urgência e era impraticável reunir-se constantemente a diretoria para definir cada caso. Qualquer solução dada tomava aspecto odioso, fôsse pelo não atendimento, fôsse pelo atendimento aparentemente discriminatório de algumas dioceses em detrimento de outras.

- Quanto à obtenção de concessão de canais radiofônicos, era tarefa especificamente de competência da RENEK e não do MEB.
- Em relação ao funcionamento do MEB, a falta de referência a pontos de mais alta relevância, entravava o trabalho ou se prestava a interpretações cabíveis mas sobre as quais não havia um consenso. Exemplos típicos eram a falta de delimitação de responsabilidades e funções e a falta de definição das relações entre os responsáveis pelo MEB, em linha hierárquica e em nível técnico de execução.

Levando-se em consideração essas e outras dificuldades, foram tomadas as seguintes providências:

- Criação da Personalidade Jurídica do MEB, registrada em Cartório em 8/11/63.
- Elaboração das Normas e Diretrizes, aprovadas pelo CDN em 3 de agosto de 1964.

Estas Normas e Diretrizes eliminaram uma série de mal-entendidos e atritos provocados pelas dificuldades acima apresentadas.

Quanto ao Estatuto do MEB, registrado no Cartório de Pessoas Jurídicas, não foi ainda atualizado, relativamente à linha de orientação estabelecida pelas Normas e Diretrizes, por decisão do CDN que preferiu aguardar oportunidade mais propícia.

Uma das incongruências do atual Estatuto é a existência de um "Conselho Nacional de Representação e Consulta" que, até esta data, não teve qualquer função.

\*\*\*

### 3 - Resumo das Atividades que desenvolveu

1961

Antes da criação do MEB, o intercâmbio de informações e a coleta de dados sobre os resultados obtidos pelas Escolas Radiofônicas do Episcopado, era promovido pelo Setor de Educação de Base, da RENEK. Em dezembro de 1960, a RENEK promoveu, em Aracaju, o "1º Encontro de Educação de Base", para atualização de dados reunidos e debate de técnica e métodos mais válidos. Os resultados foram encorajadores e, já nessa época, ficara previsto o início de escolas radiofônicas em diversas dioceses.

Em resultado dos entendimentos mantidos entre a CNBB e o Presidente Jânio Quadros, a CNBB se propôs a estruturar os esforços existentes através de um Movimento que coordenasse a ação comum. As atividades das escolas radiofônicas das dioceses, juntamente com o Setor de Educação de Base da RENEK, passariam a constituir um novo organismo: o MEB.

Ao se iniciarem, oficialmente, as atividades do MEB, em março de 1961, estavam em funcionamento 5 sistemas de escolas radiofônicas. A primeira experiência tivera lugar em Natal, a partir de 1957. Posteriormente, tinham sido instaladas escolas radiofônicas em Penedo, Crato, Aracaju, Feira de Santana, Goiânia e Bragança.

Os resultados numéricos deste primeiro ano de atividades foram os seguintes:

1. Natal - a pioneira no Brasil, chegou a 1.083 escolas
2. Crato - terminou o ano com 941 escolas
3. Penedo - chegou a 200 escolas que funcionavam com discos do SIRENA, mas não estabeleceu contato com o MEB neste primeiro ano.
4. Aracaju - chegou, nesse ano, a ter 418 escolas.
5. Feira de Santana - com a instalação da sede do MEB em Salvador, utilizando o som da Emissora de Feira de Santana, terminou o ano com 70 escolas, em caráter experimental, em 6 municípios, localizados em áreas distantes, para testes de recepção.
6. Bragança - as escolas começaram a funcionar em abril e em dezembro, existiam 75 escolas.
7. Goiás - iniciou as atividades no princípio do ano e, em dezembro, funcionavam 26 escolas.

As escolas radiofônicas encontraram grande aceitação junto às comunidades onde eram instaladas. Neste primeiro ano houve grande empenho do MEB em estruturar as atividades em três níveis: Nacional, Estadual e Local, tendo em vista conciliar três preocupações essenciais: eficiência, descentralização, unidade.

Foi intenso o trabalho de formação de pessoal do MEB através de estímulo, participação em cursos intensivos de vários tipos e treinamentos para supervisores e monitores. Relativamente ao número de pessoal, foi intensa a radicação de escolas, supervisão e início de atividades, visando à organização de comunidades.



Como material didático, o MEB utilizava livros do Ministério da Educação.

No final do ano de 1961, funcionavam 2.687 escolas radiofônicas. O Decreto que reconhecia o MEB referia-se à instalação de 15.000 escolas nesse ano. Ocorre que o Decreto dizia, também, que, nesse ano, as verbas para o MEB seriam no valor de 414,3 milhões. Os recursos efetivamente recebidos pelo MEB foram de 33 milhões, sendo que 15 milhões foram entregues dez dias antes de terminar o exercício financeiro.

Em consequência, houve a impossibilidade de contratar pessoal em número suficiente, comprar veículos e efetuar outras despesas.

O Decreto também determinava que a Comissão Técnica de Rádio colaboraria com o MEB, liberando os canais em tempo útil. Na prática, a morosidade no andamento dos processos na CTR impossibilitou levar ao ar, naquele ano, diversas emissoras que só dependiam dessa providência para iniciarem suas transmissões.

Outras dificuldades encontradas foram de ordem técnica das emissoras: queda de voltagem, interrupção de transmissão de aulas por falhas diversas, irregularidade de recepção pela Onda Tropical.

\*\*\*

O MEB, que terminara o ano de 1961 com 10 emissoras à sua disposição, iria chegar ao fim de 1962 podendo contar com 19 emissoras para a transmissão de seus programas. Além das emissoras de Sobral, Afogados de Ingazeira e Carpina (Nazaré da Mata), entozadas com o MEB, em fins de 1961, passou a contar com as emissoras de Fortaleza, Limoeiro do Norte, Teresina, Itacuruba, Recife, Petrolina, Maceió, São Gonçalo dos Campos e Governador Valadares.

O ano de 1962 se caracterizou pela expansão e pelo aprofundamento do trabalho.

Realizaram-se 6 treinamentos para supervisores e 135 treinamentos para monitores. Houve grande esforço para capacitar o pessoal do MEB através de estágios: 38 pessoas estagiaram em áreas diferentes, junto a equipes do próprio MEB, ou participaram de cursos intensivos em outras instituições. Através de estudo em grupo, as equipes se esforçaram para aprofundar seus conhecimentos sobre matérias relacionadas com o tipo de ação que estavam desenvolvendo.

Um elemento do MEB Nacional, a convite do governo francês, esteve na França, na Itália, em Marrocos e no Senegal, estabeleceu contatos com entidades que, nesses países, atuam no campo da Cultura Popular, da Educação de Base, do Desenvolvimento de Comunidades, da Animação Popular, e que, sob uma forma ou outra, realizam treinamentos para formação de pessoal com função educativa. Acentuaram-se os contatos com escolas radiofônicas de países latino-americanos.

Como consequência desse esforço, aperfeiçoaram-se as técnicas de estudo de área e de métodos de treinamento, especialmente de monitores. Ao invés de uma distribuição mais ou menos indiscriminada de receptores, o MEB começa a habilitar-se a chegar até o povo, a escutá-lo, a descobrir suas aspirações. O MEB começa a ver homens rudes e, não raro, apenas alfabetizados, abrirem os olhos para a realidade que os cerca, compreenderem a necessidade de assumir a responsabilidade por sua educação e pela de sua comunidade.

O baixo custo de treinamentos, que se verifica no relatório anual, foi possível em virtude das contribuições das prefeituras locais, paróquias, outras instituições e das próprias comunidades.

O número de escolas passou, de 2.687, em 1961, para 5.598, em 1962.

O esforço de desenvolvimento do próprio MEB manifestou-se em vários setores.

Observando-se que a Philips não dispunha de postos locais adequados para a assistência imediata aos receptores, o MEB organizou postos de assistência, em pontos-chaves, funcionando sob a supervisão técnica do Nacional. Em fins de 1962, o MEB contava com 15 oficinas.

Como parte da educação associativista para a promoção de grupos integrados no desenvolvimento das comunidades, o MEB colaborou, estreitamente, com diversas organizações tais como: Clubes de Mães, Clubes de Jovens, Clubes Agrícolas, Grupos de Vizinhanças, Sindicatos e Cooperativas. Frequentemente o MEB, em regime de colaboração, organizou cursos de treinamento junto com outras entidades tais como: o Departamento Nacional da Criança (DNCR), Secretarias de Educação, Departamento Nacional de Endemias Rurais (DNRu), etc.

Para sistematizar a assistência material às escolas - pilhas, giz, cadernos, borrachas, etc. - foram feitas experiências de "clubes de venda" em Pernambuco, Maranhão e outros. A receptividade, por parte do povo, foi tão grande que o MEB compreendeu que não tinha estrutura suficientemente firme para dar assistência técnica ao volume de movimento financeiro que iria verificar-se, nessas sementes de cooperativas, e decidiu não desenvolver mais esse setor, até contar com pessoal capacitado, em nível nacional.

Desde 1961, o trabalho de sindicalização rural vinha-se intensificando em todo o Brasil e vários grupos tinham a preocupação de organizar os camponeses. O MEB, tendo percebido o alcance do trabalho e instado por vários Srs. Bispos, passou a manter pessoal em vários Estados que, inicialmente junto às equipes do MEB, promoviam treinamento sobre sindicalização rural e atuavam como assessores. Em alguns Sistemas, assumiu também, em caráter supletivo, a assessoria direta na fundação de sindicatos.

É importante registrar a influência que o fenômeno da sindicalização rural exerceu sobre as escolas radiofônicas. Assim como muitos sindicatos nasceram por influência do monitor e dos alunos, muitos sindicatos fundaram e mantiveram escolas radiofônicas. Antes do trabalho de sindicalização rural, a quase totalidade dos monitores era constituída de moças; depois, surgiu um grande número de monitores homens, muitos dos quais autênticos líderes de sindicatos e de associações de trabalhadores, com grande influência nas suas comunidades.

Em seu esforço para intensificar o contato direto com o povo, o MEB planejou um trabalho de CARAVANAS, para permitir uma maior percepção dos valores, expressões, necessidades e aspirações do povo. Um DIÁLOGO, enfim, através do qual fôsse objetivada a conscientização do povo despertado através das emissões radiofônicas.

AS PRIMEIRAS EXPERIÊNCIAS foram realizadas no Maranhão, onde havia uma equipe que não contava com emissora (devido a dificuldades surgidas com a CTR). Esta equipe, do Maranhão, iniciou trabalhos em comunidades rurais a partir de visitas, reuniões e treinamentos que foram assumidos inteiramente pelos próprios líderes locais.

Em 1962, estavam em vigor os convênios com o Ministério da Educação, Ministério da Saúde e Comissão do Vale do São Francisco.

O LOIDE AÉREO fornecia cinco passagens gratuitas, por mês, ao MEB.

Elementos do MEB Nacional passaram a ser chamados por outras entidades para fazer palestras ou dirigir debates sobre o MOVIMENTO e grande número de pessoas procuravam o Secretariado Central para colher informações.

Eram intensos os contatos entre MEB e o Serviço Social Rural, o Departamento Nacional da Criança, a ABCAR, as Escolas de Serviço Social, a SUDENE e o SEAV.

Para a execução do Plano de Ação do MEB para o exercício de 1962, segundo o Decreto que previa a instalação de 16.000 escolas radiofônicas, surgiram várias dificuldades.

Quanto à verba, a prometida era no valor de 604.19 milhões e o total efetivamente recebido foi de 468.73 milhões. Esta diferença, porém, não se constituiu em problema maior.

A irregularidade, porém, na liberação das verbas fez com que o MEB, nesse ano, iniciasse a constituição de um fundo de reserva que permitisse enfrentar a constante ameaça de paralização das atividades por falta de verbas.

Outras dificuldades que permaneciam eram:

- não concessão de canais em tempo útil para o início do trabalho em novas áreas;
- interferência de outras estações, ocasionando o fechamento de muitas escolas.

Mesmo não tendo chegado às 16.000 escolas, neste ano se verificou um crescimento do MEB em duas grandes linhas: horizontal e vertical.

Horizontalmente, expandiu-se em novas áreas e multiplicaram-se os trabalhos nas áreas já atingidas. Os quadros foram aumentados e mais especializados. Os programas e a supervisão desdobram-se, partindo das escolas e chegando às comunidades.

No sentido vertical, o MEB aprofundou sua ação. Como já foi visto, a radicação de escolas foi mais cuidada, mobilizando, às vezes, toda a comunidade, em amplo debate; treinamentos muito mais eficientes; programas radiofônicos melhores; sindicalização rural; experiências piloto de clubes de vendas e Caravanas.

Neste ano realizou-se o Primeiro Encontro de Coordenadores do MEB, em Recife, no mês de dezembro.

Tendo em vista o desenvolvimento progressivo do Movimento, tornou-se imperiosa a necessidade de se aprofundar certos pontos e determinar os objetivos essenciais do trabalho que vinham sendo elaborado pelas diversas equipes nos Estados atingidos.

Neste encontro, após vários estudos sobre Realidade Brasileira, Cultura e Educação no Brasil atual, Conscientização e Politização, foi feita uma revisão crítica do Movimento, após seus dois anos de atividade, procurando-se explicitar os objetivos a que o MEB se propõe.

Paralelamente aos temas centrais, funcionaram três comissões de estudos sobre: Caravanas de Cultura Popular, Sindicalismo Rural e Cartilha.

Participaram 40 pessoas entre componentes do secretariado nacional, coordenadores estaduais e professoras locutoras.

\*\*\*

Em 1963, o MEB continuou a ampliar sua área de atuação, atingindo 15 unidades da Federação. Atuando através de 25 emissoras, mantinha equipes locais num total de 60 dioceses. O número de elementos, que constituía os quadros do MEB, chegou a 531.

O número de Escolas chegou a 7.353.

A característica deste ano foi o início de dificuldades sérias, de vários tipos:

A VOZ DO BRASIL, ampliada de 1/2 para 1 hora diária, bloqueou o melhor horário para as escolas e provocou uma queda na frequência às aulas, tendo o ano terminado com 5.573 escolas. Várias tentativas foram feitas, sem resultado, para contornar a dificuldade, inclusive apelos ao Presidente da República.

A situação geral do Brasil de então levou o Presidente do MEB a declarar, em reunião do Episcopado em Roma:

"Os fenômenos mais em evidência, entre outros, que estão ocorrendo, neste instante, em nosso país, sob o signo de rápidas mudanças de situações psicológicas, sociológicas, jurídico-sociais, econômicas e que, depois de terem tocado os nossos trabalhadores urbanos, estão fermentando o nosso povo rural, com importantes repercussões morais e religiosas de conseqüências imprevisíveis, me parecem ser os seguintes:

1º - A área em que trabalha o MEB, isto é, as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, têm características de região em desenvolvimento... O povo dá sinais evidentes de insatisfação, por motivos econômicos e sociais e, por receber, em certos recantos mais primitivos do país, um tratamento feudal.

2º - São visíveis e desenvolvem-se com inesperada rapidez os processos de conscientização social e política, com suas imediata repercussões na organização profissional e Social dos camponeses.

Este fato sociológico e mais o aparecimento do Estatuto do Trabalhador Rural, a regulamentação do Sindicalismo Rural, a fundação de centenas de sindicatos rurais, a luta pela Reforma Agrária, as Ligas Camponesas e os aspectos novos desses fatos, cada qual influenciando segundo sua maneira própria - tudo isto está quebrando os velhos critérios vigentes nas relações entre empregado e empregador".

Mais adiante diz: "No interior de todos esses problemas é que aparece e se situa o MEB. Ele não pode ser um Movimento tradicionalista e imobilista no sentido de sustentar o que existe a qualquer preço. É renovador. É pelas mudanças necessárias. É pelas reformas sociais a serem feitas, também com a participação dos camponeses e dos trabalhadores urbanos, naquilo que lhes disser respeito e na linha da Doutrina Social Cristã (Mater et Magistra)."

"O MEB enfrenta problemas próprios - já por demais densos de responsabilidade - e outros, de igual vulto, que esca

pam aos seus objetivos. Refiro-me aqui, por exemplo, ao "Sindicalismo Rural" ... Com o correr do tempo, foi-se tornando claro que não era da competência específica do MEB organizar e fundar sindicatos - aos quais deverá ajudar indiretamente - para se fixar muito mais no que chamaremos, aqui, de Educação sindicalista".

Outro tipo de dificuldade que se acentou neste ano, diz respeito ao relacionamento entre a direção das emissoras e as equipes do MEB. O ponto crucial da questão é fácil de compreender. A direção da emissora tem a preocupação de obter lucro suficiente para cobrir as despesas. O MEB utiliza o melhor horário da emissora e nada paga, diretamente, por isto. É fato que, nos anos em que o MEB teve condições para tal, ajudou a instalação de emissoras e forneceu equipamento a outras. Mas, conforme vimos rapidamente, ao comentarmos as "Características Estruturais do MEB", estas ajudas se transformaram em fontes de atritos permanentes, até que, em fins de 1963, passaram a ser atribuição do CDN. A partir dessa época, porém os recursos já não permitiram cobrir devidamente as responsabilidades financeiras do MEB, no que se refere às suas atribuições específicas.

Outro aspecto que criou e ampliou áreas de atrito para o MEB, no ano de 1963, pode ser caracterizado pela expressão: "fama de anticlericalismo do MEB". É fato que, durante o Encontro de Coordenadores realizado em 1962, em Recife, foi aprofundado, com a maior seriedade possível, o estudo de um assunto que vinha preocupando diversos elementos do MEB, não só do Nacional como de Equipes dos Estados. O ponto central dessa preocupação era saber até que ponto a catequese, como tal, era função do MEB e se o MEB, como tal, deveria ou não ser responsabilidade direta do Episcopado. O assunto foi discutido em Recife, em nível bastante alto e refletia profunda preocupação das equipes com estas questões. Com o correr dos meses, porém, começaram a chegar ao Rio repercussões desfavoráveis sobre a maneira pela qual algumas equipes teriam interpretado os estudos feitos.

Em agosto de 1963, reuniram-se no Rio, em caráter de emergência, coordenadores de várias equipes e foi feita uma revisão sobre o assunto. Constataram-se dificuldades no relacionamento de equipes com alguns párocos e mesmo bispos. Como conclusão da reunião, foi decidido o aprofundamento de estudos e o acompanhamento mais constante das equipes. Ficara demonstrada a necessidade de revisão das próprias equipes, a fim de corrigir o que pudesse haver da má interpretação, ou "gaffes". É fato, porém, que para muitas equipes não ficara clara a delimitação de responsabilidades e funções, dentro do MEB, dos bispos e párocos, e das equipes de nível técnico de execução.

Notava-se a necessidade de melhor definição dos objetivos específicos do MEB, bem como de sua organização e de seu funcionamento. Nessa ocasião, havia o sério risco de cada elemento do MEB e cada bispo ter uma idéia própria sobre o que era o MEB e como este deveria atuar. Como foi visto ao serem examinadas as "Características Estruturais do MEB", a prática de dois anos de trabalho demonstrava que os documentos normativos então existentes não correspondiam à rapidíssima evolução do MEB.

A respeito disto, ainda no citado documento de Roma, diz o Presidente do MEB:

"Quando, há pouco mais de dois anos, a CNBB lançou o Movimento de Educação de Base, ... houve quem julgasse

tratar-se de mais uma tentativa inócua, mais um paliativo para um trabalho de amaciamento do povo, em face da injusta situação sócio-econômica do nosso país. Houve, também, em várias áreas, especialmente políticas, quem pensasse que a Igreja, no Brasil, não estaria em condições de lançar um movimento daquela envergadura, devido à falta de organização, de pessoal habilitado e de sentido administrativo que permitissem a absorção correta das verbas aparentemente vultosas destinadas à realização do empreendimento ... O MEB é hoje uma realidade que se impõe. Até mesmo nas esferas oficiais ele é reconhecido como o trabalho de maior vulto realizado no Brasil, no campo da cultura popular. Este reconhecimento diz respeito não só ao volume, mas também à qualidade e autenticidade do mesmo."

"... Eu vos pediria que, juntos, fizéssemos uma reflexão no sentido de avaliarmos o papel que o leigo está chamado a desempenhar na Igreja. Daí a necessidade de dedicarmos o melhor dos nossos esforços e, mesmo, "sabermos perder tempo", com a formação de autênticos militantes que acorram ao chamado de engajamento a serviço da Igreja, quer em trabalhos como o MEB, quer em tôdas as outras áreas de sua ação específica de testemunha do Evangelho no temporal."

O Presidente do MEB finalizou suas palavras referindo-se à menção de João XXIII ao MEB quando, em audiência para o episcopado brasileiro disse, que "desejaria ver funcionando uma dessas escolas."

Neste mesmo ano de 1963, o MEB registrou sua personalidade de jurídica. As razões que levaram à decisão de dar ao MEB personalidade jurídica são fáceis de compreender e, dentre outros motivos, destacava-se o grave problema da publicidade negativa resultante da divulgação, através da imprensa, da concessão de verbas, aparentemente vultosas, do Governo Federal, à CNBB, quando, de fato se tratava de verba com destinação específica para o trabalho previsto no Decreto e nos Convênios. Outros aspectos eram relativos à legislação trabalhista e à movimentação de dinheiro em Banco sempre em nome da CNBB.

Em relato apresentado pela Secretária do MEB, em Roma, ao episcopado, foi destacado um dos problemas que, freqüentemente, gerava atritos entre o MEB e alguns bispos ou sacerdotes que, em alguns casos, não estavam habituados a métodos de prestação de contas minuciosos. Nessa ocasião foi dito: "Criado o MEB, uma das primeiras preocupações, além de todo o aspecto técnico-pedagógico, foi organizar uma contabilidade muito precisa, de vez que, lidando com verbas governamentais, teríamos, necessariamente, de ter o maior escrúpulo na aplicação e prestação de contas destas mesmas verbas, zelando pelo nome da CNBB, diante do Tribunal de Contas da União, da Opinião Pública e dos Ministérios com os quais mantemos convênios, em cujos orçamentos se incluem dotações para o MEB".

Neste mesmo ano, chegou o MEB a precisar ainda melhor sua linguagem e seus conceitos.

O MEB propôs ao MEC a concessão da verba de 634.400 milhões, para realização do seu trabalho, mas a verba efetivamente recebida foi de 318 milhões.

Quanto ao número de escolas, chegaram a 7.353, mas, em dezembro, haviam baixado para 5.573.

O ano de 1964, para o MEB, caracteriza-se pelo clima gerado em tórno do Livro de Leitura "Viver á Lutar".

Desde o início de seus trabalhos o MEB teve dificuldade em conseguir material de alfabetização. De fato, as poucas cartilhas que se conseguia davam aos adultos e adolescentes o mesmo tratamento dado às crianças e, muitas vêzes, crianças de grandes cidades, sem nenhuma relação, portanto, com o tipo de mentalidade e de preocupação dos adultos das áreas rurais.

Preparado um texto, para uso em áreas onde o problema social se apresenta de forma mais aguda, êste texto foi enviado ao CDN e a Arcebispos e Bispos de áreas onde o MEB atua, bem como a pessoas de competência pedagógica. Uma vez recebidas as críticas e sugestões, aproveitadas ao máximo, foi editado o livro de leitura sob o título "Viver é Lutar". Em 20 de fevereiro de 1964, foram apreendidos 3.000 exemplares do livro, na gráfica, por ordem do Governador da Guanabara, sob a alegação de que tinha recebido denúncias quanto a estarem sendo impressas "cartilhas comunistas" por ordem do Ministério da Educação.

Depois dêste incidente sobreveio a mudança de Govêrno, em abril de 1964, prosseguindo a veiculação de notícias sôbre o caráter subversivo do MEB, geralmente vasadas em referências confusas sôbre a "cartilha comunista" apreendida.

Reunido o CDN do MEB, em maio de 1964, tinha a seguinte agenda para discussão:

1. O MEB e a situação nacional.
2. Elaboração de documento a ser encaminhado pelo CDN à Comissão Central da CNBB.
3. Áreas de atrito do MEB
4. Face à situação atual, o MEB deve ou não continuar.

Nessa ocasião, Mons. Tapajóz foi nomeado assessor do CDN do MEB.

A decisão do CDN foi continuar o MEB, ainda que viesse a não contar com o apoio governamental, e o ponto-de-vista sôbre o assunto foi apresentado à Comissão Central. O CDN encareceu, também, a necessidade de elaboração de um regulamento que explicitasse melhor as normas de funcionamento do MEB. Mons. Tapajóz foi encarregado da redação do anteprojeto dêsse regulamento.

Em junho de 1964, realizou-se uma reunião de Coordenadores do MEB, no Rio de Janeiro, para Revisão e Planejamento. Durante a reunião, Mons. Tapajóz apresentou o anteprojeto das NORMAS E DIRETRIZES. As discussões em tórno das mesmas foram acirradas. Ficou bem calro que as Normas e Diretrizes, se aprovadas pelo CDN, passariam a constituir documento normativo.

Os coordenadores presentes decidiram elaborar um Documento onde expressassem, ao CDN, seu pensamento sôbre o trabalho do MEB. Na reunião do CDN, foi apresentado êsse Documento dos Coordenadores, que resumia assuntos discutidos durante a Reunião de Revisão e Planejamento. O CDN decidiu que, após alguns ajustes de redação, o Documento passasse a constituir Documento Básico do MEB.



As Normas e Diretrizes, também aprovadas pelo CDN, permitiram encaminhar solução para uma série de assuntos que, até então vinham constituindo motivo de atrito, especialmente quanto às relações entre o Nacional e as equipes, e relações entre estas e o Episcopado.

Quanto às verbas, em 1964, o MEB viveu momentos de grande insegurança. No princípio do ano, a liberação das verbas, ainda na administração João Goulart, sofreu grandes atrasos. Em consequência da mudança de Governo, somente após contatos de D. Távora e Dom Helder com o Presidente da República e oito encontros de D. Avelar com o Presidente e o Ministro da Educação, Dr. Flávio Supplicity de Lacerda, as verbas foram liberadas em fins de julho, quando o MEB já se preparava para despedir todo o seu pessoal, por falta da verba.

As verbas solicitadas pelo MEB foram no valor de 782 milhões, mas apenas 546,833 milhões foram efetivamente entregues!

Quanto ao número de escolas radiofônicas que, em março, se recuperavam em relação ao ano anterior, chegando a 6.218, voltou a diminuir, através do ano, baixando para 4.554.

Era natural que o rendimento do trabalho, quanto a cifras, fôsse prejudicado pela situação nacional. Vários Sistemas tiveram suas atividades interrompidas durante vários meses. Deve-se notar, entretanto, que nenhum daqueles Sistemas que sofreram repressão policial e mesmo prisão, abandonou o trabalho do MEB. O número de funcionários que em 1963 era de 531, baixou, em 1964, para 473.

Não obstante tôdas estas dificuldades, foi 1964 o ano de maior aprofundamento do trabalho, de maior identificação com os anseios e aspirações dos monitores e alunos que, em vários Sistemas, deram apoio moral e encorajaram as equipes do MEB quanto à continuação do trabalho. Nesse momento difícil foi o MEB beneficiado com a posição que assumiu ao afirmar, no Documento Básico aprovado pelo CDN: "A linha de trabalho que assumimos está dentro de uma preocupação com um Cristianismo seriamente vivido que exige um trabalho não de pura alfabetização, mas um planejamento mais complexo, que possibilite a conversão de homens em Homens, de massa humana em povo consciente, única maneira de fazê-lo chegar a ser Povo de Deus. Junto a êsse povo, o MEB terá que testemunhar a honestidade e a coerência dos compromissos que assume, desde que pretende identificar-se com êle, num trabalho de autêntica educação para o desenvolvimento!"

Foi inegável o amadurecimento e o aumento, ainda maior, do nível de reflexão do pessoal do MEB durante êsse ano difícil, com repercussões inegáveis sobre a qualidade e rendimento do trabalho de promoção humana, dentro de uma visão cristã, e sempre maior capacitação técnica para a ação.

\*\*\*

Durante o III Encontro de Coordenadores, em março de 1965, e a partir de material preparatório enviado previamente pelas equipes, foi elaborado o Plano de Trabalho para 1965, dentro de linhas de rigor técnico e de grande objetividade. Também foi elaborado o Programa de Estudo. Na mesma ocasião foram realizados os estudos finais para elaboração de novo Livro de Leitura.

O Plano de Trabalho, o Programa de Estudo e o Livro de Leitura "Mutirão", mereceram a aprovação do CDN (cujos membros, por sua vez, o submeteram aos Bispos da área do MEB), que se reuniu poucos dias depois do início da reunião dos Coordenadores, fato que permitiu, em alguns momentos, reuniões simultâneas, de grande rendimento para o andamento dos trabalhos.

A maior tranquilidade com que se trabalhou internamente, em 1965, demonstrou os benefícios de uma situação interna mais estabilizada, que permitiu chegar ao Plano de Trabalho e sistematizar o atendimento às diversas áreas. O ano de 1965 se caracterizou pela preocupação em aperfeiçoar os métodos de pesquisa e avaliação do trabalho e pela obtenção de um número crescente de bolsas de estudo no país e também na Bélgica, no Uruguai, na Dinamarca e no México. Tudo isto conforme o Plano de Trabalho.

No plano internacional, o MEB passa a ser sempre mais solicitado a prestar informações sobre sua organização e seus métodos de trabalho. Aumenta o número de organizações que procuram as sedes do MEB para conhecer seu trabalho. Esse interesse é motivado pela qualidade do trabalho, pelos resultados que obtém, pela originalidade pedagógica e pelo profundo respeito que o MEB tem pela Pessoa Humana.

A grave dificuldade, nesse período, foi causada pela deficiência de verbas que prejudicou as visitas de supervisão, locais e nacionais. Apesar disso pode-se afirmar que, em 1965, graças especialmente ao Plano de Trabalho, o MEB chegou a ainda maior aperfeiçoamento e sistematização de sua Metodologia. Embora o trabalho tenha diminuído em algumas áreas, a qualidade cresceu em profundidade e integração.

Alguns dados estatísticos referentes a 1965:

nº de dioceses atingidas: 54

nº de monitores e outros líderes: 5000

nº de pessoas nos quadros do MEB: 470.

É importante notar que, devido à redução de salários, por motivo de limitações financeiras, o número de funcionários-hora decresceu.

As verbas recebidas, em 1965, foram no valor de 800 milhões.

Se, em 1965, a característica do MEB foi a preocupação com a aplicação do Planejamento e a sistematização da metodologia, a intenção, em 1966, era, a partir do aproveitamento dos resultados do Plano de Trabalho, dedicar-se mais particularmente a:

- aperfeiçoar as técnicas de planejamento,
- sistematizar o controle e a avaliação dos resultados,
- aperfeiçoar os meios de medir o resultado da aprendizagem pela padronização dos testes.

Dentro desta ordem de idéias, o Encontro Nacional de Coordenadores tinha como finalidade:

- elaborar o Plano de Trabalho para 1966,
- discutir as linhas gerais para a padronização dos testes,
- estudar sistemas de controle e avaliação mais aperfeiçoados.

O número de escolas no início de 1966 era igual ao do término de 1965. As verbas solicitadas eram no valor de 4.059 bilhões. Em fins de 1965, já se sabia que a verba para 1966 seria no valor de 800 milhões o que, de fato, seria uma redução.

Os fatos novos que surgiram, porém, em fins de fevereiro, relativamente ao convênio com o MEC obrigaram a suspender, no dia 3 de março, toda e qualquer despesa, com exceção de pessoal, já que era impossível assumir qualquer compromisso sem a devida cobertura financeira. O Encontro Nacional de Coordenadores, realizado em fins de abril passado, tinha como uma das finalidades - se fôsse o caso - acertar providências para o fechamento do MEB, tais como prestações de contas, providências quanto a material, etc. Fora disto, todos os trabalhos das equipes, que impliquem em despesa, tais como viagens de supervisão, treinamentos, etc., estão suspensos.

\*\*\*\*\*

Em vista do que foi exposto, neste rápido resumo, sobre o que fêz, nestes cinco anos, o MEB pode afirmar, em junho de 1966, que se manteve fiel ao pensamento que o inspirou: "viver em função de uma realidade nacional que necessita de transformações urgentes".

E, quanto a esta realidade nacional, o Documento Básico do MEB diz:

"A luta entre classes existe no Brasil, como existe em toda a sociedade onde os desequilíbrios causam conflitos entre os interesses dos diversos grupos. Se não é uma luta declarada, é, certamente, uma tensão, que degenerará em ódio aberto, na medida em que crescer a desesperança. Se temos obrigação de superá-la e não de admití-la como norma de evolução, segundo a Doutrina Social da Igreja, temos, também, que aceitar a realidade dos fatos, sem fugir à essa mesma realidade".

Quanto às características essenciais do trabalho do MEB, é possível dizer hoje que:

"Uma escola Radiofônica, numa comunidade rural, tem por objetivo fundamental a integração cultural e econômica desta comunidade na comunidade maior, através da transmissão sistemática de instrumentos de comunicação e produção, e

da motivação de atitudes. A instrumentação e, especialmente, a alfabetização, tomadas isoladamente, perdem seu significado e sua motivação para as comunidades rurais e para o homem do campo.

Os objetivos das Escolas Radiofônicas baseiam-se muito mais no conhecimento das necessidades e possibilidades do homem do campo, do que numa rígida programação curricular uniformizada. O estudo continuado do homem do campo, levou o MEB a criar atividades, desenvolver métodos, fixar metas e objetivos específicos, o que, gradativamente, lhe tem garantido uma originalidade pedagógica inegável.

Seus métodos são uma busca continuada de adaptação, durante anos de trabalho e estudo, daquilo que está, realmente, ao alcance do lavrador brasileiro e dentro de sua estrutura motivacional e de pensamento característicos. Sua orientação pedagógica fundamental é, em síntese, uma tentativa, cada vez mais realizada, de fazer do lavrador, em sua situação real, o centro e o sujeito de uma educação para a comunicação e para a produção em comunidade.

É necessário, no entanto, que se diga bem claro que os objetivos das Escolas Radiofônicas do MEB:

- não esgotam os objetivos da Educação - são aqueles que podem ser atingidos numa escola;
- não são os objetivos de uma escola convencional - são aqueles compatíveis com sua concepção de Educação de Base;
- não esgotam os objetivos do MEB - representam apenas alguns dos aspectos.

Não se pode deixar de lembrar que, como toda a educação que não se esgota em si mesma: ela produz frutos na própria comunidade, criando outras atividades (ex. colheitas comunitárias, limpeza de igarapés, construção de cemitérios, de capelas, de campos de futebol, organização de escolas para crianças, construção de pequenas estradas, clubes de mães, cooperativas para medicamentos, associações de moradores e numerosas outras formas de ação em associação). Desta forma, o MEB entende que a Escola está dentro do conjunto maior das atividades e da vida de toda a comunidade".

Tudo isto porque, para o MEB, "educação é o processo de uma ação que visa à formação do homem. Para tanto, é necessário levar ao seu conhecimento os elementos que irão permitir ao educando chegar a uma visão clara de sua dignidade de pessoa humana, além de algumas técnicas essenciais tais como a leitura e a escrita. É essa visão de sua própria dignidade que irá capacitá-lo a uma análise crítica da situação na qual está inserido, a descobrir em si próprio as potencialidades capazes de transformá-lo em agente original de criação de cultura, em sujeito da História.

Com a capacidade que o homem tem de distinguir um objeto do outro, concreto ou abstrato, ele escolhe valores. Pela comunicação desses valores surgem as possibilidades de opção e, assim, o homem participa na criação do mundo cultural. A educação deve formar o homem para que possa optar pela conservação ou pela modificação constante e aperfeiçoamento contínuo de uma realidade

cultural.

Para ilustrar o que foi dito aqui, veja-se este trecho de discurso de um monitor do MEB:

"... E, como é meu costume, vou aproveitar estas ocasiões para falar alguma coisa de nosso famoso MEB: vou fazer uma comparação para mostrar de que maneira eu compreendo o mesmo: comparo a equipe central com o semeador; os líderes são a terra a ser plantada e a equipe sai a procurar onde plantar a semente, encontram terras que elas mesmas preparam, planta uma sementezinha, a semente nasce e cresce com a assistência do semeador, dão frutos mais abundantes, vão "madorecendo" e caem novamente na terra, muitas vezes não precisam mais ser plantadas, basta o semeador zelar para que não fiquem abandonadas, e vamos chegar a um tempo em que toda a terra tem sua semente nativa. É assim o meu modo de interpretar o Movimento de Educação de Base..."

Outras notícias que nos chegam informam sobre a reação das comunidades ao saber que o MEB está atravessando dificuldades: diz a carta de uma das equipes do MEB:

"Pessoas da Serrinha estiveram aqui para uma visita. Ao ser explicada a situação do MEB, nada disseram. No dia seguinte, uma comissão apareceu para dizer: não nos devemos considerar como simples monitores e sim como responsáveis pelo Movimento de Educação de Base. Nós estivemos pensando muito na conversa de ontem sobre o MEB. Viemos oferecer uma ajuda da nossa comunidade. Como se consegue juntar um dinheirinho para as outras coisas, vamos fazer o mesmo para o MEB. Os treinamentos devem ser feitos nas comunidades (pagarão as passagens e sustentarão os supervisores nesse tempo. Pagarão suas passagens quando tiverem de ir a Goiânia) Sabemos que vocês não terão coragem de propor isso para outras comunidades. Nós vamos tratar disso também. Nós precisamos da ajuda de vocês. Somos nós que estamos fazendo, sabemos disso, mas vocês é que nos lembraram a gente podia fazer. No final da reunião entregaram Cr\$17.000 para pagar a gasolina, e disseram: o MEB, nosso Movimento, não pode morrer, nós os filhos vêm aí"...

Por tudo isso pode-se dizer que o MEB não é simples transmissão de aulas ou trabalho de comunidade com lavradores. O MEB é uma globalidade de pessoas e de objetivos numa obra educativa integrada, onde todos, em todos os tipos de trabalho, devem sentir-se co-responsáveis, interdependentes e, sobretudo, que todo o trabalho seja educativo para todas as pessoas nele integradas, cumprindo a missão básica de cristão que, se bem compreende o verdadeiro sentido da caridade, do amor, deve ajudar "o outro" a se aproximar cada vez mais da imagem e semelhança de Deus. Assim fazendo, mais ajudará "o outro" a ser protagonista da História, sujeito da História.

\*\*\*